



O discurso da ditadura: *ditadura, ordem e desordem* em António de Oliveira Salazar¹

The dictatorship's discourse: dictatorship, order and disorder in António de Oliveira Salazar

Alexandra Guedes Pinto
Universidade do Porto

“Todos os bons políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside numa boa gestão das paixões coletivas, isto é, num ‘sentir com os outros’ que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais”

(Charaudeau, 2006)

PALAVRAS-CHAVE: DISCURSOS DA DITADURA; MECANISMOS LINGUÍSTICOS, OPOSIÇÕES SEMÂNTICO-AXIOLÓGICAS, LEGITIMIZAÇÃO, POLARIZAÇÃO DO REAL, RECONCEPTUALIZAÇÃO.

KEYWORDS: DICTATORSHIP DISCOURSES, LINGUISTIC MECHANISMS, SEMANTIC-AXIOLOGICAL OPPOSITIONS, LEGITIMIZATION, POLARIZATION OF REALITY, RECONCEPTUALIZATION.

INTRODUÇÃO

Será nosso objeto de análise neste estudo o célebre discurso proferido por António de Oliveira Salazar, a 28 de maio de 1930, na Sala do Risco do Ministério da Marinha, por

¹ Agradeço às estudantes Adriana Marques e Mónica Fontes, da UC ‘Projeto’ da licenciatura em Ciências da Linguagem da FLUP, o facto de terem aceitado refletir sobre os discursos de António de Oliveira Salazar no seu trabalho de Projeto e, em particular, à Adriana Marques o facto de ter trazido até mim este discurso, facto que viria a dar origem à reflexão que aqui apresento.

altura do quarto aniversário da Revolução de 28 de Maio de 1926, que havia posto fim à Primeira República Portuguesa e implantara o Novo Regime da Ditadura Militar².

Este discurso intitulado por Salazar como *Ditadura Administrativa e Revolução Política* é proferido na presença dos restantes membros do governo, do Exército e da Armada, dois anos após a primeira reunião entre ambas as partes, depois do Golpe de 28 de maio, visando fazer um balanço da ação governativa levada a cabo nos primeiros quatro anos do Novo Regime, bem como consolidar o mesmo, mediante a proposta de um quadro programático.

Desde 21 de janeiro de 1930 que o governo era presidido pelo general Domingos de Oliveira. António de Oliveira Salazar ocupava neste governo as pastas ministeriais das Finanças e, interinamente, das Colónias, gozando de um protagonismo que, embora não totalmente condizente com as suas funções, era legitimado pelo Presidente.

No discurso em análise ressaltará, com efeito, a sua posição de estadista com um estatuto que ultrapassa largamente as suas funções ministeriais, que revela a sua centralidade no Governo de então e que antecipa a preponderância que virá a ter na história da Ditadura em Portugal. Trata-se, para além disso, de um discurso importante no conjunto dos restantes discursos da sua longa carreira política, dado que serviu de momento legitimador do regime ditatorial.

Neste estudo tentaremos identificar os aspetos da organização do discurso que estão na base da sua força, enquanto instrumento de reconstrução ideológica da realidade. Para tal analisaremos os eixos semântico-axiológicos dominantes no texto, verificando como estes se estruturam para nos apresentarem uma visão dicotómica da realidade que favorece uma versão reconceptualizada de Ditadura: a Ditadura como um programa de 'Salvação Nacional'.

1. MACROESTRUTURAS E EIXOS SEMÂNTICOS

O cumprimento deste macro-objetivo de elogio da Ditadura revela-se na superfície do texto, desde logo pela sua divisão estrutural em duas grandes partes, diretamente relacionadas com os respetivos fins, a saber, a justificação para a implementação do regime ditatorial e a definição de um quadro programático para a sua consolidação.

² A Revolução de 28 de Maio de 1926 também conhecida como *Golpe de 28 de Maio de 1926*, *Movimento do 28 de Maio*, ou ainda, *Revolução Nacional*, foi um movimento militar de cariz nacionalista e antiparlamentar que pôs termo à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da Ditadura Militar, depois autodenominada Ditadura Nacional e por fim transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, em Estado Novo, regime que se manteve no poder em Portugal até à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 (Serão et al., 1992).

Assim, será de considerar uma estrutura textual dividida nas macroestruturas representadas na tabela abaixo:

FIGURA 1 – MACROESTRUTURAS DO DISCURSO DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Localização	Macroestrutura	Parte composicional	Conteúdo
Linhas 1 – 18	Macroestrutura 1	macroestrutura ritual de abertura	endereçamento e breve introdução ao discurso
Linhas 19 – 70	Macroestrutura 2	macroestrutura de desenvolvimento	diagnóstico do ANTES da intervenção da Ditadura, denúncia do estado em que a 1ª República deixou o país e em que o Novo Regime o encontrou
Linhas 71 – 255	Macroestrutura 3	macroestrutura de desenvolvimento	descrição do AGORA – um agora alargado ao passado recente e ao futuro próximo, das reformas já empreendidas pela Ditadura e das que ainda estão por empreender;
Linhas 256 – 269	Macroestrutura 4	macroestrutura ritual de fecho	apelo à audiência e notas conclusivas

Sendo as partes 1 e 4 macroestruturas rituais, de abertura e de fecho do discurso respetivamente, são as macroestruturas 2 e 3 que concentram os dois momentos mais importantes do texto, onde se encontra a tese e todo o argumentário defendido por António de Oliveira Salazar (doravante identificado pelo acrónimo 'AOS'), para convencer o seu auditório.

Estas duas macroestruturas configuram a contraposição sistemática de dois eixos temporais que correspondem também a dois eixos semântico-axiológicos, que podemos resumir no esquema 2 representado abaixo:

**FIGURA 2 – EIXOS TEMPORAIS E SEMÂNTICO-AXIOLÓGICOS DO DISCURSO DE AOS
ANTES / AGORA
MAL = PROBLEMA / BEM = SOLUÇÃO**

Efetivamente, tal como teremos oportunidade de confirmar no apartado 2, em que faremos o levantamento dos índices linguísticos que suportam esta visão polarizada, a estratégia de AOS assenta na contraposição de duas faces do real. Numa primeira etapa, é amplamente retratado o momento passado, que encerra a descrição do estado em que a Primeira República deixou o País e a enumeração de todos “os males de que vínhamos sofrendo” (AOS, *Discurso Ditadura Administrativa e Revolução Política*, I. 17), arrumando

AOS estes “males” em “quatro grandes problemas que estavam postos pela força das coisas perante a Ditadura – o problema financeiro, o problema económico, o problema social e o problema político” (AOS: ls. 7,8). Numa segunda etapa, é apresentado o momento presente, em que se inclui, como referimos na figura 1, o passado recente, desde a intervenção da Ditadura no país, até ao momento do discurso e, ainda, o futuro próximo, expectável a partir da concretização do quadro programático de medidas proposto pelo estadista. O passado é descrito por AOS como o reino do caos, onde, nas suas próprias palavras, “Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – desordem – definia em todos os domínios a situação portuguesa” (ls. 19,20). O presente, desde (e graças a) a intervenção da Ditadura, é promovido como “o bem que temos agora” (AOS: l. 18), onde “Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo melhorias e progressos” (AOS: l. 178).

Na macroestrutura 3, em que AOS retrata, num tom eufórico, contrastante com o tom disfórico da macroestrutura anterior, os efeitos altamente benéficos produzidos pela Ditadura no país, o autor tem ainda oportunidade para definir Ditadura como a solução política para a administração de Portugal. Dedicar a esta componente mais programática do seu discurso a parte final desta macroestrutura iniciando a mesma da seguinte forma:

Duas palavras, agora, sobre o problema político. O Sr. Presidente do Ministério declarou que iam ser preparadas, finalmente, a reforma da Constituição política e a organização nacional destinada a continuar e completar a restauração geral do país. A sua autoridade de chefe do Governo e de oficial general, com larga folha de serviços, marcou nitidamente uma posição, que está em correspondência com as superiores necessidades do Estado e com o pensamento – quero crê-lo – de todos aqueles que ligam à Ditadura a devida significação. Peço licença para apresentar sucintamente as razões da minha concordância com este modo de ver. (AOS: ls 180-186)

Nesta passagem, AOS convoca a voz de alguém superior a ele: “O Sr. Presidente do Ministério”, “chefe do Governo” e “oficial general”, instaurando assim um momento de polifonia concordante, para preparar a defesa da Ditadura como fórmula política que virá a ser ratificada pela reforma constitucional iminente. Através desta estratégia, AOS dilui a responsabilidade enunciativa das suas asserções, mostrando que se encontra escudado por uma base de largo consenso político e que possui a solidariedade do Chefe do Governo, o que acaba por amplificar, de forma indireta, a autoridade da sua própria voz. Recorrendo a uma estratégia de diluição de responsabilidade enunciativa e invocando uma autoridade

acima da sua, o autor consegue concretizar uma das várias estratégias de autocrédibilização e de reforço do *Ethos*³ que utiliza recorrentemente ao longo do seu discurso.

2. EIXOS SEMÂNTICOS E ÍNDICES LINGUÍSTICOS

A configuração dicotómica do real, desenvolvida nas macroestruturas intermédias do texto, é suportada por índices linguísticos vários, entre os quais se salientam os que listaremos nos apartados a seguir.

2.1. Entre os índices linguísticos que suportam a construção de um real polarizado sobressaem as isotopias e as escolhas lexicais axiologicamente marcadas pela negatividade no que diz respeito ao ANTES e, pela positividade, no que diz respeito ao AGORA. Os excertos abaixo transcritos ilustram cada uma destas ocorrências⁴:

2.1.1 ISOTOPIAS E ESCOLHAS LEXICAIS LIGADAS AO ANTES:

(1) O Parlamento oferecia permanentemente o espectáculo da **desarmonia**, do **tumulto**, da **incapacidade legislativa** ou do **obstrucionismo**, **escandalizando** o país com os seus processos e a **inferior** qualidade do seu trabalho [...] **desordem** política.

(2) Em conjugação com esta, que **envenenava** toda a vida portuguesa, havia na metrópole e nas colónias a **desordem** financeira e a **desordem** económica, **agravando-se** mutuamente e à **desordem** política, no **círculo vicioso** dos **males** nacionais.

(3) **Impotente** pelas dificuldades políticas, **embaraçado** pelas dificuldades financeiras, o Estado **não fomentava**, **devorava** a riqueza da nação, **consumindo** ou **deixando consumir** o capital colectivo que vinha do passado e as somas enormes que **sacava** sobre o futuro [...]

(4) [...] era **fatal** a **desconfiança** acerca do futuro de Portugal cá dentro e lá fora, onde o crédito **minguava confrangedoramente**; era **inevitável** que maior número de emigrantes **abandonasse** o país e se **deprimisse** o índice da marcha da população.

(5) Um pouco a **miséria**, muito a **indisciplina**, a **fraqueza** dos governos, **camaradagens** e **cumplicidades equívocas** geraram a **anarquia** nas fábricas, nos serviços, nas ruas. Um regime de **insegurança**, de **revolta**, de **greve**, de **atentado** estava estabelecido no país [...]

³ Ver adiante a secção 5, a propósito da construção do *ethos* de AOS neste discurso.

⁴ Os negritos nos excertos transcritos como exemplo são nossos.

(6) [...] ou os indivíduos chamam a si **anarquicamente** a defesa da sua vida, dos seus interesses e dos seus bens, ou se **deixam vencer, esmagar, manietados pelo terror** que uma **minoria** audaciosa utiliza para **violar a justiça** sem sanções. Em qualquer caso, **desordem: a desordem social**.

2.1.2 ISOTOPIAS E ESCOLHAS LEXICAIS LIGADAS AO AGORA:

(8) *O deficit anual foi substituído por **saldos importantes** nas contas, que não podem continuar tão **elevados**, mas com os quais se **firmaram** as condições de **sólido equilíbrio** das finanças públicas.*

(9) *A estatística **vai-se regularizando e actualizando**, e **avança** para a **desejada perfeição**, dando já hoje ao país, no concerto internacional, **lugar honroso**. O **crédito** de Portugal **sobe** dia a dia, por toda a parte*

(10) ***Concentração, unidade, simplificação, regularidade, defesa** do contribuinte, **carácter sagrado dos contratos, domínio absoluto da lei** – são os princípios básicos da administração e de todas as reformas. Elas traduzem, desde as que tiveram por objecto o orçamento e a dívida pública até à da contabilidade, a **marcha ininterrupta** para a **ordem** financeira.*

(11) Nas colónias [...] as directrizes *são idênticas*; os processos os mesmos: com **a ordem** na administração, **a ordem** financeira e sobre esta e por meio desta o **desenvolvimento económico**.

(12) Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo **melhorias e progressos**.

Nestas escolhas lexicais ressaltam os *subjectivèmes* (Kerbrat-Orechionni, 1980) que cumprem uma função modalizadora de intensificação, importante nesta fase do discurso em que AOS está empenhado em fazer uma pintura da realidade o mais disfórica *versus* o mais eufórica possível. Assim, conjugam-se para esta finalidade os lexemas pertencentes às categorias abaixo listadas com conotação semântica negativa ou positiva, consoante o caso:

- **Nomes**: desarmonia, tumulto, desordem, obstrucionismo, desconfiança, males, miséria, indisciplina, revolta, fraqueza, anarquia, atentado, terror vs consolidação, riqueza, perfeição, restauração, melhorias, perspectivas de futuro, entre outros exemplos;
- **Verbos**: escandalizando, envenenava, agravando-se, não fomentava, devorava, consumindo, sacava, minguava, abandonasse, deprimisse, deixar vencer, esmagar,

violar vs impulsionar, empreender, desenvolva, robusteça, tenham multiplicado, aumentar, vão elevando, foi possível criar, foram surgindo, entre outros exemplos;

- **Adjetivos avaliativos:** inferior, vicioso, impotente, embaraçado, fatal, manietados vs. honroso, exaustiva, possíveis, novos, livres, simples, pronta, primaciais, rápidos, fácil, barata, protector, boas, máximo, sólida, equilibrada, são, activas, próspera, valiosas, produtivas, entre outros exemplos;

- **Advérbios modalizadores** que ganham no contexto de ocorrência conotação semântica negativa ou positiva forte: permanentemente, confrangedoramente vs integralmente, progressivamente, entre outros exemplos;

- **Atos expressivos de admiração – repúdio:**

(13) Que admira serem as taxas de juro, por virtude de tais males, de mais de 11 por cento nos bilhetes do Tesouro, e de 15, 20 e 25 por cento nos contratos particulares pelo país! Que admira ser a produção nacional difícil e cara, batida pela concorrência estranha no mercado interno! Que admira abalançarem-se poucos a empregar dinheiro no alargamento e melhoramento da propriedade urbana e rural!

- **Atos expressivos de elogio:**

(14) Não quer isto dizer que, pelos vários ramos da administração pública, onde se tratam esses interesses e se põem essas questões, se não tenham multiplicado esforços e dedicações valiosas para aumentar o rendimento dos serviços e fazer melhor, mais produtiva aplicação dos dinheiros públicos.

Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo melhorias e progressos.

2.2. Iguamente ao serviço desta polarização de duas realidades contrastantes encontra-se o uso da deixis pessoal para contrapor o Eu, o Tu e o Nós inclusivo aos Outros, os antecessores e os adversários políticos, responsáveis pelo estado “miserável” do país. Estes momentos de contraposição correspondem a momentos de polifonia discordante que têm como efeito a valorização da voz do Eu, tal como fica visível a partir dos exemplos abaixo:

(15) A dar crédito a **coisas que por aí se escrevem**, e a muitas mais **que por aí se dizem**, *quatro anos decorridos de Ditadura seriam como se não existissem na história de Portugal* [...] **Avivemos nós** o passado, para fazermos justiça ao presente.

(16) É, sobretudo, **fora dos elementos afectos à Ditadura e entre os seus inimigos** que **se defende** a primeira tese – a Ditadura nada tem que ver com a política. **Segundo estes**, a Ditadura teria como única razão de ser a necessidade de uma obra administrativa;

(17) **Somos assim chegados** à terceira proposição, única, **a meu ver**, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema político português.

(18) Deste conjunto de factos resultou que novas condições de existência económica foram surgindo, ao contrário do que **afirmam detractores apaixonados**, *segundo os quais todas as fontes da riqueza nacional estariam secando. Foi a administração, que se diz exaustiva, que tornou possíveis recursos para a construção e restauração das estradas [...]*

(19) Conta de facto a Ditadura com o apoio de **vós todos**? De todos? – Pois, meus senhores, **podemos** beber pela prosperidade da pátria portuguesa.

Como se verifica a partir dos exemplos acima, o autor joga com uma polarização em torno dos eixos Eu/Tu/Nós *versus* Eles/Os Outros, que as realizações linguísticas confirmam. A convocação da voz dos Outros nestes excertos polifónicos faz-se a partir do pronome impessoal “se”, conjugado com segmentos que descredibilizam estas vozes. Veja-se, a esse título, o uso do pansemiótico “coisas” com sentido depreciativo em (15), o uso do advérbio “fora” em (16) – [...] *fora dos elementos afectos à Ditadura e entre os seus inimigos [...]* - que constrói o *Inner Space* e o *Outer Space*, a *noção de insiderness*, de *outsiderness*, de *inclusiveness*, de *exclusiveness* (Chilton and Schaffner, 2002, p. 30) e de espaços axiológicos antagónicos, corroborados pelo nome “inimigos” e ainda pela ironia excludente em (18) – [...] *afirmam detractores apaixonados [...]* - que ridiculariza a imagem e o discurso do Outro.

Assumindo as implicações que Chilton e Shaffner (2002) extraem do uso dos deícticos nos discursos, enquanto índices retóricos de construção das identidades, ou seja, a perspetivação da deixis espacial, temporal e interpessoal - o Eu; o Tu; o Nós; Aqui; Agora - como elementos organizadores de um espaço em torno de um centro deíctico - o Eu - que pode não ser apenas espaço físico, mas também nocional, ligado a valores axiológicos do Bom, do Mau e a noções de Inclusão e Exclusão, interessa-nos recuperar a forma como o enunciador do discurso político se posiciona face ao mundo, face ao que relata e face ao outro, perspetivando a deixis como “âncora” de uma identidade social.

Atente-se no que afirma Wiczorek (2009, p. 118) relativamente à construção de espaços antagónicos que envolvem as noções de inclusão e exclusão:

clusivity, a fairly recent phenomenon comprising various linguistic means of expressing inclusio- nary and exclusionary reference to the actors presented in a discursive representation of reality, rests on at least two conceptualisation schemata: a) that of a container, with its elements inside, outside, and somewhere near the borderline, and b) centre-periphery, with the elements being manoeuvred inwards and outwards (Wieczorek 2009). Social groups themselves are structured in terms of the container metaphor, having a boundary, a centre, and areas inside and outside. The speaker may intentionally impose boundaries demarcating ‘us’ and ‘them’ territories along three complementary and overarching dimensions (i.e. spatial, temporal and axiological), all of which are metaphorically conceptualised in terms of space.

A possibilidade de situar discursivamente os elementos num espaço deítico que corres- ponde simultaneamente a um posicionamento axiológico e, logo, ideológico, conduz-nos a afirmar que as categorias conceptuais criadas correspondem simultaneamente a distinções morais, sociais e políticas. Compreende-se, assim, que AOS afirme que são os que estão “fora” do círculo afeto à Ditadura que são os seus “inimigos”. Compreende-se, ainda, que na macroestrutura 4, de apelo final, AOS convida o Tu a entrar no espaço deítico do Nós, que é coincidente com o espaço conceptual e ideológico da Ditadura:

(19) Conta de facto a Ditadura com o apoio de **vós todos**? De todos? – Pois, meus senhores, **podemos** beber pela prosperidade da pátria portuguesa.

A estratégia de autolegitimização construída por AOS neste discurso assinala a sua autoridade e, tal como defende Cap (2005, p. 13), “provides rationale for listing reasons to be obeyed”. Este processo de legitimização inclui também a construção de uma identi- dade política - o *ethos* político de que falaremos adiante na secção 5 – que se faz normal- mente por um processo de polarização face a um ou mais actantes externos - *the Other / the Others* – relativamente ao qual o Eu se posiciona sempre numa perspetiva de conflito e diferenciação. Existe, assim, um trabalho estratégico de manutenção de “gramáticas de identidade” (Baumann e Gingrich, 2004) dicotómicas e hierárquicas: “positive *self* and negative *other* presentation” (Wodak, 2001), do qual depende fortemente a construção da retórica do Eu no discurso político.

No discurso em análise, AOS promove uma aproximação coerente entre a sua própria identidade e os conceitos / eixos temporais e axiológicos valorizados no AGORA:

AGORA = DITADURA = ORDEM = EU = AOS,

eixos semânticos que, como vimos, se definem por contraposição aos eixos contrários:

ANTES = 1ª REPÚBLICA = DESORDEM = OS OUTROS,

ou seja, a construção do Outro, como objeto de contraste, é, analiticamente, prévia à construção do Eu, como objeto de identificação, já que a presença do Outro ajuda a definir a identidade do Eu.

FIGURA 3 – EU VERSUS OS OUTROS

Eu / Tu / Nós	Os Outros / Eles
Avivemos nós o passado	<i>coisas que por aí se escrevem</i> <i>muitas mais que por aí se dizem</i>
Somos assim chegados à terceira proposição, única, a meu ver, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema político português.	<i>fora dos elementos afectos à Ditadura e entre os seus inimigos que se defende a primeira tese – a Ditadura nada tem que ver com a política. Segundo estes</i>
Conta de facto a Ditadura com o apoio de vós todos? De todos? – Pois, meus senhores, podemos beber pela prosperidade da pátria portuguesa.	<i>afirmam detractores apaixonados</i>

2.3. Paralelamente à seleção lexical e ao uso dos deícticos, também a contraposição de tempos verbais com valores temporais e aspetuais diferentes contribui para ressaltar a dicotomia axiológica ANTES / AGORA, tal como fica representado na figura 4⁵:

FIGURA 4 – CONTRAPOSIÇÃO DE TEMPOS VERBAIS

ANTES	AGORA
Pretérito imperfeito com valor aspetual durativo e permansivo no passado;	Pretérito perfeito com o valor perfetivo de marcação do momento da mudança; Presente do indicativo e perífrase Ir + gerúndio que, situando os eventos por referência ao presente deíctico, também assinalam o carácter aspetual habitual, incompleto, iterativo, durativo e inacabado dos eventos e processos descritos; Futuro do indicativo.

⁵ Restringimo-nos aqui apenas aos tempos verbais mais recorrentes nas macroestruturas em estudo e ao seu contributo para os eixos de análise que focalizámos neste trabalho, não sendo possível neste âmbito desenvolver uma análise detalhada dos mesmos em todo o discurso.

Os valores aspetuais decorrentes destes usos tornam-se visíveis nos exemplos abaixo:

(20) Aos ministérios **faltava** a consistência; não **podiam governar** mesmo quando os seus membros o **queriam**. A administração pública, compreendida a das autarquias e a das colónias, não **representava** a unidade e acção progressiva do Estado; **era**, ao contrário, o símbolo vivo da desconexão geral, da irregularidade, do movimento descoordenado, a gerar cepticismo, a indiferença, o pessimismo dos melhores espíritos.

(21) O deficit anual **foi substituído** por saldos importantes nas contas [...] com os quais se **firmaram** as condições de sólido equilíbrio das finanças públicas. **Foi integralmente paga** a dívida flutuante externa; **vai progressivamente diminuindo** a *dívida flutuante interna pelo reembolso e pela consolidação* [...] A estatística **vai-se regularizando e actualizando**

(22) **Pagam-se** velhas dívidas, **liquidam-se** desagradáveis questões arrastadas de anos, **procura-se fazer** melhor distribuição dos encargos tributários, **acentua-se** a regularidade nas entradas e nos pagamentos, **reforça-se** a fiscalização para que tudo caminhe com ordem dentro da lei

(23) Não **há** em nada regressões; **há**, ao contrário, em tudo melhorias e progressos. Mas não é só isso o que pode satisfazer-nos. O encargo que a Ditadura tomou sobre si obriga-a a ir mais longe, e **irá**.

3. REPRESENTAÇÃO DICOTÓMICA DO REAL E RECONCEPTUALIZAÇÃO DA DITADURA

A configuração dicotómica do Real, suportada pelos diversos mecanismos linguísticos observados acima, é uma configuração que serve o objetivo de apresentação da Ditadura como a solução para os problemas que afetavam no ANTES a sociedade e os cidadãos.

Neste cotexto, é relevante a consideração do momento de viragem no texto, que marca o fim do longo segmento de crítica e denúncia do ANTES e que prepara o movimento retórico de elogio do AGORA, com a apresentação da Ditadura como Regime de Salvação Nacional:

(24) Tais eram os aspectos mais salientes da grave crise que atravessava a nação. Tais os factos que explicam reclamar-se de todas as bandas, nas vésperas da Ditadura, o esforço de salvação nacional que desse a este pobre país a condição fundamental do trabalho e da prosperidade – a ordem . Começa então a grande batalha.

Neste ponto de viragem no discurso do ANTES para o AGORA, ensaia-se a primeira aproximação entre os conceitos:

DITADURA = ORDEM,

que estará na base de uma reconceptualização do conceito de DITADURA em todo o discurso.

O longo elenco de isotopias ligadas a decadência, desordem, anarquia prepara o leitor para o ponto de viragem em que o tom do discurso muda da crítica para o elogio e para a exaltação das melhorias executadas pelo governo de Salazar, que atua como uma estratégia importante de legitimação do poder.

Nesta configuração dicotómica, a contraposição *ORDEM / DESORDEM* ganha particular saliência, associando os dois momentos temporais focados no discurso aos respetivos conceitos:

FIGURA 5 – CONTRAPOSIÇÃO *ORDEM / DESORDEM*

ANTES / AGORA

DESORDEM, CAOS / ORDEM

Efetivamente, no diagnóstico do *ANTES*, uma expressão ganha o valor retórico de refrão, por ser uma estrutura repetitiva com que *AOS* remata as várias sequências em que descreve o momento histórico do *ANTES*:

(25) Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – desordem – definia em todos os domínios a situação portuguesa.

Desordem: a desordem política [...] *Desordem*: a desordem *financeira* [...] *Desordem*: a desordem social [...]

Para além desta elevação da *DESORDEM* à categoria de topos, nesta parte do discurso, centrada sobre um valor ilocutório expressivo de *CENSURA*, elevação argumentativa conseguida pela centralidade retórica conferida ao refrão “*Desordem: a desordem x*”⁶, também o emprego de outras palavras da mesma isotopia de *DESORDEM*, contribuem para adensar a importância deste conceito na caracterização do *ANTES*. Neste conjunto incluem-se palavras tais como:

Anarquia, indisciplina, irregular, desarmonia, desconexão, irregularidade, descoordinado, desequilibrado, incerteza e confusão, insegurança, anarquicamente, revolta, greve, atentado, crise.

A densidade com que esta isotopia se afirma na macroestrutura 2 do discurso é relevante na definição da mesma. Isto mesmo pode ser ilustrado através do excerto abaixo,

⁶ Esta variável que representamos por *x* é preenchida em discurso por palavras tais como “*financeira*”; “*económica*”; “*social*”; “*política*”.

onde se verifica a ocorrência de um conjunto de lexemas da isotopia de *DESORDEM* numa curta sequência sintática:

(26) A administração pública, compreendida a das autarquias e a das colónias, **não representava a unidade** e acção progressiva do Estado; era, ao contrário, o símbolo vivo da **desconexão** geral, da **irregularidade**, do movimento **descoordenado**.

Ao contrário do que se passa na macroestrutura 2, no excerto de passagem para a macroestrutura 3 do texto, centrada, como vimos, num valor ilocutório de elogio - exaltação das obras do governo e defesa do Regime da Ditadura - sobressai a palavra **reorganização** que se apresenta como o processo que vai instaurar a *ORDEM*:

(27) Tais eram os aspectos mais salientes da grave crise que atravessava a nação. Tais os factos que explicam reclamar-se de todas as bandas, nas vésperas da Ditadura, o esforço de salvação nacional que desse a este pobre país a condição fundamental do trabalho e da prosperidade – a ordem . Começa então a grande batalha, não ainda ferida em todos os domínios nem ainda cabalmente ganha naqueles em que foi dada. Mas, devido ao patriotismo do povo e ao apoio da força pública, pode já afirmar-se estarem construídos os fundamentos e erguidos os mais sólidos pilares da obra de reorganização.

Este é o momento de viragem no discurso do *ANTES* para o *AGORA* e o primeiro momento em que se ensaia uma aproximação conceptual entre:

DITADURA = ORDEM

De facto, mesmo os dados quantitativos relativos às repetições das palavras-chave *ORDEM* e *DESORDEM* nas macroestruturas 3 e 4 indiciam, por si sós, o carácter de *topoi* que estes dois conceitos assumem na argumentação de AOS, como se confirma na figura 6:

FIGURA 6: OCORRÊNCIAS DAS PALAVRAS ORDEM E DESORDEM

Macro estrutura 3	Macro estrutura 4
Descrição do ANTES	Descrição do AGORA
Ocorrências da palavra <i>DESORDEM</i>	Ocorrências da palavra <i>ORDEM</i>
12 ocorrências	14 ocorrências

Para além disto, tal como acontece com a isotopia ligada a *DESORDEM* na macroestrutura 2, também a isotopia ligada a *ORDEM* na macro estrutura 3 é forte e densa, tal como demonstra o levantamento lexical abaixo:

paz, ordem nas ruas, colaboração nacional, alheamento do espírito de facção, tranquilidade e segurança, sólido equilíbrio, perfeição, concerto, restauração, consolidação, melhor distribuição, regularidade, dentro da lei, concentração, unidade, organização, regularização, disciplina, restauração, regeneração;

bem como o excerto seguinte que revela a compresença de muitos lexemas ligados a ORDEM numa curta sequência sintática do texto:

(28) Concentração, unidade, simplificação, regularidade, defesa do contribuinte, carácter sagrado dos contratos, domínio absoluto da lei – são os princípios básicos da administração e de todas as reformas.

4. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE RECONCEPTUALIZAÇÃO DA *DITADURA*

Tal como vimos, é relevante para o projeto argumentativo de AOS a aproximação entre os conceitos:

AGORA = ORDEM = DITADURA,

na medida em que esta aproximação lhe permite introduzir uma versão reconceptualizada de *DITADURA*, o regime político cujo perfil pretende clarificar e defender no seu discurso.

A necessidade de clarificação defendida pelo estadista decorre da possibilidade de existência de várias significações de *Ditadura*, tal como resulta claro do excerto seguinte:

(29) O Sr. Presidente do Ministério declarou que iam ser preparadas, finalmente, a reforma da Constituição política e a organização nacional destinada a continuar e completar a restauração geral do país. A sua autoridade de chefe do Governo e de oficial general, com larga folha de serviços, marcou nitidamente uma posição, que está em correspondência com as superiores necessidades do Estado e com o pensamento – quero crê-lo – de todos aqueles que ligam à *Ditadura* a devida significação . Peço licença para apresentar sucintamente as razões da minha concordância com este modo de ver .

Apoiado, pois, na pluralidade de interpretações que o conceito de *Ditadura* pode despertar e profundamente interessado em reduzir esta pluralidade a um conceito só, AOS dedica extensas passagens do seu discurso a apresentar a sua versão do conceito. Nestas passagens, avança com predicções sobre a *DITADURA*, destacando-se em todas elas, a intenção de positivar esta realidade. Assim, disseminado no discurso, embora com especial

incidência na macroestrutura 4, encontramos um macroato ilocutório de ELOGIO da DITADURA, do qual transcrevemos abaixo algumas das passagens mais relevantes:

(30) [...] Ditadura, o esforço de salvação nacional que desse a este pobre país a condição fundamental do trabalho e da prosperidade – a ordem

(31) [...] uma solução política transitória. Suspendendo direitos que a nação de facto não exercia, impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança, a Ditadura criou à governação pública as condições necessárias do trabalho fecundo .

(32) Vê-se, nítido, o pensamento dominante acerca deste problema: a Ditadura trabalha para realizar três condições essenciais à produção – meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata – e espera que, com a assistência dos técnicos e o auxílio protector das pautas, a produção do país aumente e melhore .

(33) [...] as ditaduras se têm mostrado singularmente activas no desenvolvimento de legislação e de instituições que vão elevando as condições de vida da massa trabalhadora, somente em inteira subordinação ao maior interesse nacional .

(34) Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo melhorias e progressos. Mas não é só isso o que pode satisfazer-nos. O encargo que a Ditadura tomou sobre si obriga-a a ir mais longe, e irá.

(35) [...] confundem muitos ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade (única noção para mim exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantar sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais.

(36) Para que há-de fazê-lo? Para que a sua obra reformadora se não inutilize e se continue, para que o seu espírito de trabalho e de disciplina se consolide e se propague, para que se crie a mentalidade nova que é indispensável à regeneração dos nossos costumes políticos e administrativos, à ordem social e jurídica, à paz pública, à prosperidade da nação.

(37) Como há-de fazê-lo? Por meio duma obra educativa que modifique os defeitos principais da nossa formação, substitua a organização à desorganização actual e integre a nação, toda a nação, no Estado, por meio de novo estatuto constitucional.

A positivação do conceito de DITADURA visível nos excertos transcritos é conseguida através de vários recursos linguísticos, que destacamos de seguida:

a. Humanização da entidade DITADURA com a atribuição a esta entidade de papéis semânticos tais como os de AGENTE. Esta humanização contribui para a aproximação empática entre a DITADURA e o POVO que a pode ver como algo palpável, dotado de perfil, de missão, de densidade psicológica:

(38) *O encargo que a Ditadura tomou sobre si obriga-a a ir mais longe, e irá*

(39) *[...] as ditaduras se têm mostrado singularmente activas no desenvolvimento de legislação e de instituições*

(40) *[...] a Ditadura trabalha para realizar três condições essenciais à produção [...]*

(41) *Conta de facto a Ditadura com o apoio de vós todos?*

b. Predicação positiva da entidade DITADURA através de adjetivos avaliativos positivos e da associação com sintagmas nominais de conotação semântica positiva:

trabalho fecundo; tranquilidade e segurança; subordinação ao maior interesse nacional; Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo melhorias e progressos; as superiores necessidades do Estado

c. Modalização atenuadora dos aspetos potencialmente negativos / ameaçadores da realidade DITADURA através da apresentação de uma versão aligeirada da perda de liberdades que a DITADURA representou e da majoração dos seus aspetos positivos:

(42) Uma solução política **transitória**, que **seria** o estabelecimento da própria Ditadura . **Suspendendo** direitos **que a nação de facto não exercia**, impondo **a uns** silêncio, assegurando **a todos** tranquilidade e segurança, a Ditadura criou à governação pública as condições necessárias do **trabalho fecundo** .

Todos estes recursos usados por AOS no seu discurso servem o fim último de institucionalização e constitucionalização da DITADURA como regime.

5. ARGUMENTAÇÃO E *ETHOS*

Vários relatos históricos dão conta da reação positiva da opinião pública a este discurso de AOS, proferido num tom que concilia de forma bem conseguida uma imagem de autoridade e confiança com uma imagem de humildade e modéstia, alcançada através de várias estratégias de apelo ao consenso. Esta busca de consenso e unanimismo, típica do discurso populista (Silva, 2010), tem como objetivo, no discurso de AOS, a tentativa de legitimação do Novo Regime da Ditadura.

Para efetivar este objetivo de construção de um *ethos* simultaneamente credível e empático, AOS concretiza várias estratégias, das quais ressaltamos as seguintes:

- a. Promove uma aproximação com o auditório e o povo,
 - a.1 Jogando frequentemente com o uso do *Nós inclusivo*:

(43) Como há-de fazê-lo? Por meio duma obra educativa que modifique os defeitos principais da **nossa** formação, substitua a organização à desorganização actual e integre a nação, toda a nação, no Estado

(44) Por que há-de fazê-lo? Porque a experiência demonstrou que as fórmulas políticas que **temos empregado**, plantas exóticas importadas aqui, não **nos** dão o governo que **precisamos, lançaram-nos uns contra os outros** em lutas estéreis, **dividiram-nos em ódios**, ao mesmo tempo que a nação na sua melhor parte se mantivera, em face do Estado, indiferente, desgostosa e inerte.

a.2 Interpelando diretamente o Tu:

(45) Se é preciso que eu fale, necessário é que diga o que fizemos com o **vosso** apoio, o que já cumprimos do nosso programa.

(46) Ansiosos de progresso, enamorados de alto ideal patriótico, **achais** por acaso pouco o que está feito? Mais um motivo para se ir para diante, e ir-se-á, ate ao fim, se **vós , os que representais a força pública**, sem **sairdes** do calmo e firme cumprimento dos **vossos** deveres, **derdes** a esta obra o carinho das **vossas** almas de portugueses, a força do **vosso** braço de soldados;

a.3 Elogiando o auditório mais restrito que são os representantes do poder reunidos na sala da Marinha e o auditório mais alargado que é o povo português, fazendo crer que a superação do quadro de crise retratado na macroestrutura 2 se deu graças aos esforços conjuntos e coresponsabilizando os cidadãos pelo êxito das ações governamentais:

(47) Mas, devido ao **patriotismo do povo** e ao **apoio da força pública**, pode já afirmar-se estarem construídos os fundamentos e erguidos os mais sólidos pilares da obra de reorganização.

(48) Pode fazê-lo? Se **todos os portugueses de boa vontade**, a quem nos dirigimos , quiserem ajudar-nos, isso pode fazer-se. Quero exprimir-me melhor: isso tem de fazer-se, porque é impossível admitir que este país arraste uma existência miserável [...].

(49) Se **vós , os que representais a força pública**, sem **sairdes** do calmo e firme cumprimento dos **vossos** deveres, **derdes** a esta obra o carinho das **vossas** almas de portugueses, a força do **vosso** braço de soldados.

b. Apresenta uma imagem simpática e humilde de si,

b.1 Alterna entre o uso do Eu e o uso do Nós de modéstia:

(50) Temos a consciência do nosso atraso em instituições e leis que se relacionam com esses problemas; temos a consciência da nossa responsabilidade.

b.2 Usa metacomentários que podem ser identificados como taxemas que o colocam numa posição assimétrica face ao Tu:

(51) **Peço licença** para apresentar **sucintamente** as razões da minha concordância com este modo de ver .

(52) **Meus Senhores**, por maior prazer que me dê falar-vos, sinto que **não devo abusar da vossa atenção** . *Nem vós aqui viestes para ouvir discursos, mas para mostrardes pela vossa presença que continuais esperando da Ditadura que cumpra o seu programa de salvação nacional e para vos regozijardes com o trabalho realizado.*

b.3 Usa fórmulas que simulam um discurso confessional, informal e preocupado com o Tu, procurando a sua benevolência:

(53) **Longe de mim examinar miudamente** aquele estado financeiro desequilibrado em que eram absorvidas todas as receitas normais;

(54) **Desisto de cansar-vos com números**, mas uma cifra valia a pena fixá-la.

(55) **Que hei-de dizer-vos** agora do problema social, no qual englobaria a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas do trabalho?

b.4 Expõe factos biográficos da sua ascendência humilde, procurando a solidariedade do Tu:

(56) **Não é preciso ter, como eu, vindo de baixo, do povo, do trabalho, da pobreza**, para sentir vivamente a inferioridade de condições de vida, material e moral, que usufrui, em contraste com toda a Europa do Ocidente, o povo português ,

(57) Por mim, toda a gente sabe que, **além de ser útil à minha pátria, nada pretendo e nada quero – nem honrarias, nem satisfação de vaidades, nem sequer agradecimentos**, que aliás da parte dos povos vêm sempre tarde para os que governam. Os homens que se habitam a cumprir sempre e só o seu dever pouco se lhes dá do lugar que ocupam: interessa-lhes muito desempenhá-lo bem.

Sendo o ethos o resultado de uma construção discursiva (Amossy, 2011: 9), verificamos que AOS se empenha na construção de uma identidade ou de uma imagem de si, sujeito enunciador, que se revela decisiva na sua argumentação e consequente capacidade de mobilização do auditório.

NOTAS CONCLUSIVAS

O discurso '*Ditadura Administrativa e Revolução Política*' de AOS tornou-se, talvez, um dos discursos mais emblemáticos dos '*Discursos da Ditadura*', pelo papel central que desempenhou no processo de institucionalização da Ditadura em Portugal, ao assinalar o primeiro momento de defesa e legitimação pública explícita deste modelo político.

Ao terminar, gostaríamos de voltar ao momento do discurso de AOS em que o estadista fala de liberdade, tentando conciliar as aparentemente inconciliáveis realidades da LIBERDADE e da DITADURA:

(58) Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade de reunião e da liberdade de imprensa, **confundem muitos ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade (única noção para mim exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantiar sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais.**

AOS apenas consegue a conciliação entre LIBERDADE e DITADURA **à custa da produção de um sofisma**, enunciando que a liberdade, única noção a que atribui um valor semântico exato (veremos que, afinal, apenas o seu valor muito pessoal de 'liberdade') pode até sair reforçada num regime de ditadura, possível pela subjugação dos interesses individuais aos interesses nacionais.

AOS fala mesmo em suspensão transitória dos direitos de alguns em favor dos direitos de todos:

(59) Compreender-se-á facilmente que não havia maneira de lançar mãos a obra que exigia paz, ordem nas ruas, colaboração nacional, alheamento do espírito de facção senão começando por uma solução política transitória, que seria o estabelecimento da própria Ditadura. Suspendendo direitos que a nação de facto não exercia, impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança, a Ditadura criou à governação pública as condições necessárias do trabalho fecundo.

Estimula, assim, o espírito de sacrifício, defendendo que o esforço partilhado de toda a nação se justifica em prol do bem público. A exaltação dos conceitos de NAÇÃO e PÁTRIA simula uma certa diluição da figura de autoridade do estadista, que vem a seu favor, na medida em que a própria suspensão da liberdade é apresentada como necessária em nome de valores mais altos.

A elevação destes valores acima de tudo e de todos não só favorece o apagamento do autoritarismo subjacente ao *ethos* do ditador como das diferenças e assimetrias indivi-

duais, funcionando como uma estratégia de legitimação da Ditadura que age em prol do utópico bem comum.

Por outras palavras, LIBERDADE e DITADURA apenas são conciliáveis no discurso de AOS, e do regime que ele corporiza, num quadro de exaltação nacionalista e patriótica, em que os deveres nacionais anulam os direitos sociais e individuais, ideais que se encontram, aliás, explícitos na consabida divisa do Estado Novo: “Tudo pela nação, nada contra a nação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amossy, R. (2011). *Imagens de si no discurso. A construção do ethos*. (2ª edição). São Paulo: Contexto.
- Baumann, G. & Gingrich, A. (Eds.) (2004). *Grammars of Identity/Alterity. A Structural Approach*. New York: Bergham Books.
- Briz, A. & Albelda, M. (2013). Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES.POR. ATENUACIÓN). *Onomázein*, 28, 288-319.
- Brocardo, T. & Correia, C. (2012). Ir + gerúndio em português – aspetos sincrónicos e diacrónicos. *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 121-135). Lisboa: APL.
- Cap, P. (2005). Language and legitimization: Developments on the proximization model of political discourse analysis. *Lodz Papers in Pragmatics*, 1, 7-36.
- Cap, P. (2008). Towards the proximization model of the analysis of legitimization in political discourse. *Journal of Pragmatics*, 40, 17-41.
- Catroga F. (2011). Salazar e a ditadura como regime. *Cercles. Revista d'história cultural*, 14 (130) 110-140.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.
- Chilton, P. & Schäffner, C. (Eds.) (2002). *Politics as Text and Talk - Analytic approaches to political discourse*. John Benjamin.
- Cunha, L.F. ; Leal, A. & Silvano, P. (2008). Relações Retóricas e Temporais em Construções Gerundivas Adverbiais. In Oliveira, F. & Duarte, I. M. (Eds.), *O Fascínio da Linguagem – Actas do Colóquio de Home-nagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 265-276). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Kerbrat-Orecchioni C. (1980). *L' énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Pinto, A.G. (2013). Marcas de dialogismo e polifonia nos manifestos políticos das presidenciais de 2011. *Estudos Linguísticos - Linguistic Studies*. Lisboa: Colibri, 8, 195-212.
- Salazar, A.O. (1961). *Discursos*, volume primeiro, 1928-1934. (5.ª edição). Coimbra: Coimbra Editora, <http://www.oliveirasalazar.org/discursos>.
- Serrão, J. ; Marques, A. H. de O. & Rosas, F. (1992). Portugal e o Estado Novo. In *Nova História de Portugal*. Volume XII. Lisboa: Presença.
- Silva, A.M. (2010). *A imagem por trás do mito: estratégias políticas e construção do ethos no discurso político presidencial*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP.
- Wieczorek, A.E. (2009). This is to Say You're either In or Out: Some Remarks on Clusivity. *CADAAD, Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines*, 3 (2), 118 – 129.

Wodak, R. (2001). The discourse historical approach. In Wodak, R. & Meyer, M. (Eds). *Methods of Critical Discourse Analysis* (pp. 63-94). London: Sage.

Van Dijk, T. (1992). *La ciencia del texto*. (3ª edição). Barcelona: Ediciones Paidós.

RESUMO

Foi nosso objeto de reflexão neste estudo o discurso de António de Oliveira Salazar intitulado *Ditadura Administrativa e Revolução Política*, proferido no quarto aniversário da Revolução de 28 de Maio de 1926, que pôs fim à Primeira República e implantou o Novo Regime da Ditadura Militar. Este discurso constituiu-se como um importante marco histórico no processo de legitimação do regime ditatorial, em que Salazar fornece uma justificação para a sua implantação, ao mesmo tempo que define um quadro programático para a sua consolidação.

De forma a identificar os mecanismos linguísticos que estão na base da força legitimadora e do poder de (re)construção ideológica do real deste discurso, analisámos os eixos semântico-axiológicos dominantes no texto, verificando como estes se estruturam para nos apresentarem uma visão dicotómica da realidade que favorece uma versão reconceptualizada de Ditadura: a Ditadura como um programa de 'Salvação Nacional'.

ABSTRACT

In this study we focused on the analysis of the speech of António de Oliveira Salazar entitled 'Administrative Dictatorship and Political Revolution', delivered on the fourth anniversary of the Revolution of May 28, 1926, that ended the First Republic and implemented the New Regime of the Military Dictatorship in Portugal. This discourse works as an important milestone in the dictatorial regime legitimation process, where Salazar provides a justification for its implementation, while he defines a programmatic framework for its consolidation. In order to identify the linguistic mechanisms that underlie the legitimating force of the discourse and its power to (re)construct the reality, we analyzed the dominant semantic-axiological axes in the text, looking at how they are structured to present a dichotomous view of reality that favors a reconceptualized version of dictatorship: the dictatorship as a 'National Salvation' program.

ANEXO

Meus Senhores,

Em 28 de Maio de 1928, na Sala de Conselho de Estado, perante os legítimos representantes da guarnição de Lisboa, que quis fazer-me a distinção dos seus cumprimentos, o ministro da Guerra de então, interpretando aquele acto, podia declarar que não só uma parte mas todo o Exército português estava disposto a prestar o apoio necessário para que se realizasse a obra que tínhamos em mente. Pouco tempo depois, ao agradecer no Quartel General o que se me havia feito, tive a oportunidade de me referir a quatro grandes problemas que estavam postos pela força das

coisas perante a Ditadura – o problema financeiro, o problema económico, o problema social e o problema político, entendendo-se que a ordem da sua enumeração traduzida *de per si* um pensamento governativo e um programa de realizações.

São volvidos dois anos. Reunimo-nos de novo, pela primeira vez depois dos acontecimentos que relembro, nós os homens do Governo, vós os representantes da força pública. Se é preciso que eu fale, necessário é que diga o que fizemos com o vosso apoio, o que já cumprimos do nosso programa. Dizem que os reis não têm memória; parece que os povos têm muito menos ainda. A dar crédito a coisas que por aí se escrevem, e a muitas mais que por aí se dizem, quatro anos decorridos de Ditadura seriam como se não existissem na história de Portugal: na ânsia de melhorias e de maiores progressos esqueceram-se já os males de que vínhamos sofrendo, e não se aprecia devidamente o bem que temos agora. Avivemos nós o passado, para fazermos justiça ao presente.

Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – *desordem* – definia em todos os domínios a situação portuguesa.

No cimo, um pouco causa, um pouco efeito de todas as outras desordens, o irregular funcionamento dos poderes públicos. Fosse qual fosse o valor dos homens e a rectidão das suas intenções, os partidos, as facções, os grupos, os centros políticos julgaram-se de direito a democracia, exercia de facto a soberania nacional, e faziam ainda por cima sedições. A Presidência da República não tinha força nem estabilidade. O Parlamento oferecia permanentemente o espectáculo da desarmonia, do tumulto, da incapacidade legislativa ou do obstrucionismo, escandalizando o país com os seus processos e a inferior qualidade do seu trabalho. Aos ministérios faltava a consistência; não podiam governar mesmo quando os seus membros o queriam. A administração pública, compreendida a das autarquias e a das colónias, não representava a unidade e acção progressiva do Estado; era, ao contrário, o símbolo vivo da desconexão geral, da irregularidade, do movimento descoordenado, a gerar cepticismo, a indiferença, o pessimismo dos melhores espíritos. *Desordem*, desordem política.

Em conjugação com esta, que envenenava toda a vida portuguesa, havia na metrópole e nas colónias a *desordem financeira* e a *desordem económica*, agravando-se mutuamente e à desordem política, no círculo vicioso dos males nacionais. Longe de mim examinar miudamente aquele estado financeiro desequilibrado em que eram absorvidas todas as receitas normais, todas as dos novos impostos e taxas que o Parlamento votara, sem se preencher o *deficit* que devorava as emissões de notas do Banco de Portugal e as disponibilidades da nação pelos depósitos da Caixa Económica Portuguesa, pelos bilhetes do Tesouro e pela dívida fundada, ao mesmo tempo que no orçamento, na tesouraria, nas contas o exagero das autonomias legais ou ilegais e os atrasos de pagamento, de liquidação, de escrita, de estatística estabeleciam a incerteza e a confusão. Desisto de cansar-

-vos com números, mas uma cifra valia a pena fixá-la. Já depois da guerra, e apesar de esforços interessantes, mas isolados, que foram feitos para remediar a situação, o *deficit* anual, reduzido a ouro pelo câmbio médio de cada gerência, foi de cerca de 5 milhões de libras, o que representa em seis anos uns 30 milhões de libras ou 3 milhões de contos da nossa moeda actual. E sabe-se que de tão grandes somas gastas foi bem modesta a parte destinada a verdadeiro enriquecimento e à valorização do activo nacional. *Desordem*: a desordem *financeira*.

Impotente pelas dificuldades políticas, embaraçado pelas dificuldades financeiras, o Estado não fomentava, devorava a riqueza da nação, consumindo ou deixando consumir o capital colectivo que vinha do passado e as somas enormes que sacava sobre o futuro. Não teve, não podia ter os cuidados nem os fundos requeridos para se restabelecer e alargar o sistema das comunicações terrestres e marítimas, estimular a expansão da agricultura, da indústria e do comércio, resolver o problema da electricidade e provocar nova actividade, fecunda e bem ordenada, na metrópole e nos domínios coloniais. Que admira serem as taxas de juro, por virtude de tais males, de mais de 11 por cento nos bilhetes do Tesouro, e de 15, 20 e 25 por cento nos contratos particulares pelo país! Que admira ser a produção nacional difícil e cara, batida pela concorrência estranha no mercado interno! Que admira abalançarem-se poucos a empregar dinheiro no alargamento e melhoramento da propriedade urbana e rural! Era lógico o custo da vida que se tem tido; era fatal a desconfiança acerca do futuro de Portugal cá dentro e lá fora, onde o crédito minguava confrangedoramente; era inevitável que maior número de emigrantes abandonasse o país e se deprimisse o índice da marcha da população. Na vertigem das notas, dos preços e dos câmbios o espírito de especulação e de aventura sobrepujou o negócio bem estudado e bem empreendido, a usura desenfreada tomou o lugar da remuneração legítima e comedida do capital, parasitismos numerosos substituíram-se aos lucros lícitos na criação das riquezas. *Desordem*: a desordem económica.

Um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos governos, camaradagens e cumplicidades equívocas geraram a anarquia nas fábricas, nos serviços, nas ruas. Um regime de insegurança, de revolta, de greve, de atentado estava estabelecido no país. Quando a fraqueza dos governos lhes não permite serem diante dos cidadãos a garantia eficaz do direito de cada um, ou os indivíduos chamam a si anarquicamente a defesa da sua vida, dos seus interesses e dos seus bens, ou se deixam vencer, esmagar, manietados pelo terror que uma minoria audaciosa utiliza para violar a justiça sem sanções. Em qualquer caso, *desordem*: a desordem *social*.

Tais eram os aspectos mais salientes da grave crise que atravessava a nação. Tais os factos que explicam reclamar-se de todas as bandas, nas vésperas da Ditadura, o esforço de salvação nacional que desse a este pobre país a condição fundamental do trabalho e da prosperidade – a *ordem*. Começa então a grande batalha, não ainda ferida em todos os domínios nem ainda cabalmente

ganha naqueles em que foi dada. Mas, devido ao patriotismo do povo e ao apoio da força pública, pode já afirmar-se estarem construídos os fundamentos e erguidos os mais sólidos pilares da obra de reorganização.

Compreender-se-á facilmente que não havia maneira de lançar mãos a obra que exigia paz, ordem nas ruas, colaboração nacional, alheamento do espírito de facção senão começando por uma solução política transitória, que seria o estabelecimento da própria Ditadura. Suspendendo direitos que a nação de facto não exercia, impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança, a Ditadura criou à governação pública as condições necessárias do trabalho fecundo. Sendo impossível atacar simultaneamente e com igual intensidade todos os problemas, era necessário concentrar os maiores esforços naquele cuja solução, tida em conta a interdependência de causas e efeitos, se visse poder aproveitar-se como elemento dominante para resolver os demais, e sem resolver o qual nada de grande e sólido se podia empreender ou realizar. Esse é o problema financeiro.

O *deficit* anual foi substituído por saldos importantes nas contas, que não podem continuar tão elevados, mas com os quais se firmaram as condições de sólido equilíbrio das finanças públicas. Foi integralmente paga a dívida flutuante externa; vai progressivamente diminuindo a dívida flutuante interna pelo reembolso e pela consolidação, e deve desaparecer completamente em dois ou três anos, o máximo, de política como a que se vem seguindo. A tesouraria tem sempre disponibilidades avultadas que põem inteiramente a coberto de operações ruinosas realizadas sob o império de necessidades permentes. A estatística vai-se regularizando e actualizando, e avança para a desejada perfeição, dando já hoje ao país, no concerto internacional, lugar honroso. O crédito de Portugal sobe dia a dia, por toda a parte, criando-se assim as bases das operações de crédito que seja indispensável realizar para concluir a restauração financeira, a consolidação monetária e impulsionar a produção, as comunicações e a riqueza geral.

Pagam-se velhas dívidas, liquidam-se desagradáveis questões arrastadas de anos, procura-se fazer melhor distribuição dos encargos tributários, acentua-se a regularidade nas entradas e nos pagamentos, reforça-se a fiscalização para que tudo caminhe com ordem dentro da lei. Concentração, unidade, simplificação, regularidade, defesa do contribuinte, carácter sagrado dos contratos, domínio absoluto da lei — são os princípios básicos da administração e de todas as reformas. Elas traduzem, desde as que tiveram por objecto o orçamento e a dívida pública até à da contabilidade, a marcha ininterrupta para a *ordem financeira*. Eis a larguíssimos traços o que respeita ao primeiro problema. Deste conjunto de factos resultou que novas condições de existência económica foram surgindo, ao contrário do que afirmam detractores apaixonados, segundo os quais todas as fontes da riqueza nacional estariam secando. Foi a administração, que se diz exaustiva, que tornou possíveis recursos

para a construção e restauração das estradas, para os trabalhos dos portos, para os encargos de empréstimos destinados a outras obras de fomento, quando tenhamos devidamente concluídos os respectivos planos. Por virtude da mesma administração foi possível criar a Caixa Nacional de Crédito – banco da agricultura e da indústria – e deixar livres para melhoramentos municipais e para aplicações agrícolas e fabris as centenas de milhares de contos que as economias privadas vão confiando à Caixa Económica Portuguesa. Não concorrendo o Estado a absorver, para despesas improdutivas, os novos capitais formados, as taxas de juro descem no Banco de Portugal, na banca privada, na Caixa Geral de Depósitos, e a usura vai sendo combatida nos seus redutos pelo país, sobretudo por crédito agrícola de maneio simples e concessão pronta, devendo notar-se que tal melhoria representa para o capital circulante da economia nacional desagramento maior que a sobrecarga tributária. Estudam-se, ao mesmo tempo, as soluções para o problema hidroeléctrico para que os grandes aproveitamentos a fazer sejam não valores financeiros, mas valores económicos primaciais no progresso do país, porque a eles se ligam o aumento da produção industrial e em grande parte o da agrícola, pela irrigação dos campos.

Vê-se, nítido, o pensamento dominante acerca deste problema: a Ditadura trabalha para realizar três condições essenciais à produção – meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata – e espera que, com a assistência dos técnicos e o auxílio protector das pautas, a produção do país aumente e melhore.

Nós temos já melhorias adquiridas e boas perspectivas de futuro, mas não podemos ter ainda resultados completos e definitivos. Não são os problemas económicos como os financeiros, na solução dos quais tem uma acção predominante, nalguns pontos quase exclusiva, a governação pública. O Estado há-de criar condições de produção interna e condições de expansão externa; mas os indivíduos é que hão-de, pelo trabalho, pela técnica, pela associação, aproveitá-las para o máximo rendimento. É uma obra vasta de organização a fazer, difícil para o nosso individualismo, mas necessária para o bem de todos – obra tanto mais necessária quanto é grave, em todo o mundo, a crise, e a enorme reacção dos mercados à admissão dos produtos estrangeiros, sendo precisas a maior ponderação e calma, a maior economia nos gastos, a maior prudência nos negócios, a maior restrição nas despesas adiáveis ou puramente sumptuárias, para que a tormenta passe sem maiores perdas e ruínas, e nós edifiquemos para o futuro uma economia sólida, equilibrada e sã. Eis, rapidamente, como foi encarado o problema económico.

A mesma obra de ordem nas finanças e na economia estende-se da metrópole às colónias, essencialmente ligadas com a própria existência de Portugal e com as exigências do seu desenvolvimento. Mas é visível que uma acção larga, relativamente aos problemas dos nossos domínios ultramarinos, só é possível, como aqui mesmo, depois do saneamento financeiro. O Acto Colonial, conforme o

nosso espírito histórico, nacionalista e civilizador, traduz, além de certas reivindicações fundamentais, a necessidade de ordem na administração e governo das colónias; a regularização das dívidas coloniais, a necessidade de ordem nas suas finanças próprias, como nas nossas; as brigadas de técnicos enviadas a Angola, a criação do Banco de Fomento e os contratos dos Bancos emissores, a necessidade de ordem na sua economia, que desejamos progressiva, bem constituída e sólida. As directrizes são idênticas; os processos os mesmos: com a ordem na administração, a ordem financeira e sobre esta e por meio desta o desenvolvimento económico.

Que hei-de dizer-vos agora do problema social, no qual englobaria a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas do trabalho? Que não chegou ainda a hora das grandes soluções. Temos a consciência do nosso atraso em instituições e leis que se relacionam com esses problemas; temos a consciência da nossa responsabilidade que nos indica esse como vasto campo de acção governativa, de execução directa ou assistência às iniciativas dos indivíduos e das colectividades; temos a consciência da falta de meios materiais para obra de vulto. Daqui o pouco que se há feito, o muito que se intenta fazer: declaração esta que é mais que uma promessa, porque é um programa. Não é preciso ter, como eu, vindo de baixo, do povo, do trabalho, da pobreza, para sentir vivamente a inferioridade de condições de vida, material e moral, que usufrui, em contraste com toda a Europa do Ocidente, o povo português, e para notar as fontes novas de energias que borbulham aqui como no seio de todas as sociedades modernas, e que nenhum homem público ousaria desconhecer ou desprezar. O rejuvenescimento e revigoração de quadros sociais abertos a todos pelo direito, fechados a muitos pelas condições económicas, só pode, de facto, obter-se por larga obra de assistência e de educação, que, se por um lado é cara, tem por outro a vantagem de valorizar o capital humano e de aumentar em grandes proporções o seu rendimento actual.

É o mundo do trabalho, dominado, quase por toda a parte, por errada ideologia, ligando a melhoria das suas condições a determinadas fórmulas políticas que os factos vão sucessivamente demonstrando serem menos aptas para resolver problemas, que a luta de classes complica e que os governos fracos, deixando crescer a indisciplina, acabam por tornar mais agudos em deterimento de toda a colectividade. Devemos dizer mesmo que as ditaduras se têm mostrado singularmente activas no desenvolvimento de legislação e de instituições que vão elevando as condições de vida da massa trabalhadora, pela maior facilidade com que, sobre a base da ordem e da disciplina, podem encarar aquele problema, sem espírito de partido ou de classe, mas somente em inteira subordinação ao maior interesse nacional.

Nós não poderíamos empreender com amplitude tudo quanto neste campo há para fazer – *prescrever e realizar* – senão com finanças sólidas e economia próspera, sendo necessário que esta

se desenvolva e robusteça para não precipitarmos soluções que acabariam por ser inúteis, senão contraproducentes.

Não quer isto dizer que, pelos vários ramos da administração pública, onde se tratam esses interesses e se põem essas questões, se não tenham multiplicado esforços e dedicações valiosas para aumentar o rendimento dos serviços e fazer melhor, mais produtiva aplicação dos dinheiros públicos. Não há em nada regressões; há, ao contrário, em tudo melhorias e progressos. Mas não é só isso o que pode satisfazer-nos. O encargo que a Ditadura tomou sobre si obriga-a a ir mais longe, e irá. Duas palavras, agora, sobre o problema político.

O Sr. Presidente do Ministério declarou que iam ser preparadas, finalmente, a reforma da Constituição política e a organização nacional destinada a continuar e completar a restauração geral do país. A sua autoridade de chefe do Governo e de oficial general, com larga folha de serviços, marcou nitidamente uma posição, que está em correspondência com as superiores necessidades do Estado e com o pensamento – quero crê-lo – de todos aqueles que ligam à Ditadura a devida significação. Peço licença para apresentar sucintamente as razões da minha concordância com este modo de ver.

Pode afirmar-se que entre os homens que pensam nas coisas públicas em Portugal se encontram três posições diversas, relativamente a este problema. Condensá-las-ei nas três proposições seguintes:

- 1ª a Ditadura nada tem que ver com a política;
- 2ª a própria Ditadura é a solução do problema político;
- 3ª a Ditadura deve resolver o problema político português.

Examinemos, pela sua ordem, estas três atitudes.

É, sobretudo, fora dos elementos affectos à Ditadura e entre os seus inimigos que se defende a primeira tese – a Ditadura nada tem que ver com a política. Segundo estes, a Ditadura teria como única razão de ser a necessidade de uma obra administrativa; teria como finalidade única uma obra administrativa, concluída a qual nada mais haveria a fazer do que restabelecer a ordem constitucional, suspensa ou violada desde 28 de Maio de 1926. Quem pensar um pouco nesta atitude mental descobre facilmente que ela se apoia sobre dois outros conceitos – um acerca da administração, outro acerca da natureza ou da origem dos males de que enfermava o país.

Na verdade, se a Ditadura só há-de fazer administração e não política, é que a administração se pode separar da política. Isto não corresponde à realidade dos factos.

É apenas verdade que se se pode fazer administração fora de toda a política partidária, mas neste sentido estrito não se há-de dizer *pode-se*, há-de dizer-se *deve-se*. Quando, porém, se tem em mente a verdadeira, a alta acepção da palavra política, julgo impossível fazer-se, sem esta, administração que se imponha e valha. Fora do pequeno expediente, execução a bem dizer material

duma regra, pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atrás de si um conceito de Estado, de finalidade social, de poder público e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções desta na sociedades humanas, quer dizer, uma doutrina económico-política, se quereis mesmo, uma filosofia. Ai dos governos, melhor, ai dos povos cujos governos não podem definir os princípios superiores a que obedece a administração pública que fazem!

Mas não é este o único conceito erróneo que está na base dos que recomendam a ditadura simplesmente administrativa. O outro é julgar-se que todos os males nacionais provinham dos homens a quem estava confiando o ónus do governo, e que, afastados esses e substituídos por outros, estaria resolvido o problema. Reduz-se assim a uma defeituosa arrumação partidária uma das mais delicadas e complexas questões nacionais.

Sou dos que, tendo meditado longamente sobre vários acidentes da vida pública portuguesa, lançam sobre os homens do passado responsabilidades, ainda que grandes, menores que as que vulgarmente se lhes assacam; e nunca pude compreender que sejam eles mesmos a preferir se atribua a incompetência, a desonestidade e a ambição o que mais fundadamente se deve supor derivado de vícios de organização social ou de deficiências de fórmulas políticas.

Daqui deduzo que a ditadura que governa e que administra não é, nem pode ser, no campo dos princípios ou no das realidades nacionais, simples parêntese da vida política partidária.

Passemos adiante. A segunda proposição afirma que a Ditadura é de si mesma a solução do problema político. Parece-me que também aqui há erro ou exagero.

Sem dúvida que a ditadura, mesmo considerada apenas como a concentração no governo do poder de legislar, é uma fórmula política: mas não se pode afirmar que represente a solução duradoura do problema político; ela é essencialmente uma fórmula transitória.

Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade de reunião e da liberdade de imprensa, confundem muitas ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade (única noção para mim exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantiar sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais. Ela é em todo o caso um poder quase sem fiscalização, e este facto faz dela instrumento delicado que facilmente se gasta e de que facilmente se pode abusar. Por tal motivo não é bom que a si mesma se proponha a eternidade.

Somos assim chegados à terceira proposição, única, a meu ver, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema político português.

Por que há-de fazê-lo? Porque a experiência demonstrou que as fórmulas políticas que temos empregado, plantas exóticas importadas aqui, não nos dão o governo que precisamos, lançaram-

-nos uns contra os outros em lutas estéreis, dividiram-nos em ódios, ao mesmo tempo que a nação na sua melhor parte se mantivera, em face do Estado, indiferente, desgostosa e inerte.

Para que há-de fazê-lo? Para que a sua obra reformadora se não inutilize e se continue, para que o seu espírito de trabalho e de disciplina se consolide e se propague, para que se crie a mentalidade nova que é indispensável à regeneração dos nossos costumes políticos e administrativos, à ordem social e jurídica, à paz pública, à prosperidade da nação.

Como há-de fazê-lo? Por meio duma obra educativa que modifique os defeitos principais da nossa formação, substitua a organização à desorganização actual e integre a nação, toda a nação, no Estado, por meio de novo estatuto constitucional.

Pode fazê-lo? Se todos os portugueses de boa vontade, a quem nos dirigimos, quiserem ajudar-nos, isso pode fazer-se. Quero exprimir-me melhor: isso tem de fazer-se, porque é impossível admitir que este país arraste uma existência miserável entre dois únicos governos – demagogia e ditadura mais ou menos parlamentar – e em face dos quais a nação só costuma ter duas atitudes: ou de rojo ou de costas, ambas indignas de si.

Não nos ocultemos que é árdua a tarefa e que vai para o futuro ser mais dura ainda a batalha. Mas quem alguma vez venceu sem que lutasse?

Meus Senhores, por maior prazer que me dê falar-vos, sinto que não devo abusar da vossa atenção. Nem vós aqui viestes para ouvir discursos, mas para mostrardes pela vossa presença que continuais esperando da Ditadura que cumpra o seu programa de salvação nacional e para vos regozijardes com o trabalho realizado.

Ansiosos de progresso, enamorados de alto ideal patriótico, achais por acaso pouco o que está feito? Mais um motivo para se ir para diante, e ir-se-á, ate ao fim, se vós, os que representais a força pública, sem sairdes do calmo e firme cumprimento dos vossos deveres, derdes a esta obra o carinho das vossas almas de portugueses, a força do vosso braço de soldados. É a vossa obrigação – digo-vo-lo – por Portugal. Por mim, toda a gente sabe que, além de ser útil à minha pátria, nada pretendo e nada quero – nem honrarias, nem satisfação de vaidades, nem sequer agradecimentos, que aliás da parte dos povos vêm sempre tarde para os que governam. Os homens que se habituem a cumprir sempre e só o seu dever pouco se lhes dá do lugar que ocupam: interessa-lhes muito desempenhá-lo bem.

Conta de facto a Ditadura com o apoio de vós todos? De todos? – Pois, meus senhores, podemos beber pela prosperidade da pátria portuguesa.⁷

⁷ Os sombreados são nossos e visam facilitar a demarcação das macroestruturas.